

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 19/Dez



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3317- Ano 2024



INFORMES DA CATEGORIA

ESPIRITO SANTO

COMUNICADO IMPORTANTE

Convocação para Assembleia Geral

Apresentação da pauta da negociação salarial 2025/2026

Dia 19/12/2024 às 19:00 primeira chamada e 19:30 segunda chamada.

Local: **Sede do Sindivigilantes** em Linhares, com transmissão ao vivo e interação dos participantes para as subseções de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina e no sindicomercariários no bairro Sernamby, em São mateus.

NÃO DEIXE DE COMPAREÇER EXERÇA SEU DIREITO

OBS: INDISPENSÁVEL APRESENTAÇÃO DE CRACHÁ OU CONTRA CHEQUE

RORAIMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA APRECIÇÃO DE CONTRAPROPOSTA DE AUMENTO SALARIAL PARA 2025

O SINTEVITRAVER Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Vigilância, Agentes de Portaria, Cintagem, Segurança Orgânica e Transporte de Valores do Estado de Roraima, por seu Presidente convoca todos os integrantes da categoria: PROFISSIONAL DE VIGILANTES LABORAIS, para Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de dezembro de 2024 (sexta-feira), na sede do Sindicato.

1º convocação às 19:00 hs com o quórum estatutário e 2º chamada às 19:30 hs com qualquer número de presentes para discutir e deliberar as pautas que serão discutidas na mesma.

FONTE: SINTEVITRAVER

Sindsegur cobra empresas caloteiras



O Sindsegur esteve em frente à Governadoria do RN exigindo uma postura firme contra as empresas RN Segurança, BBC, Neutron, DMB Segurança, Servimovel e Alforge, que seguem lesando os direitos dos trabalhadores.

Também cobramos da Fundação José Augusto, responsável pelo contrato da RAMPA, maior empenho no pagamento de salários, vales-alimentação atrasados e férias devidas aos vigilantes.

É lamentável a falta de fiscalização e o descaso com os trabalhadores terceirizados, que enfrentam atrasos recorrentes em salários, benefícios e até no recolhimento do FGTS. O Sindsegur segue firme, denunciando e oficializando as irregularidades!

FONTE: Sindsegur

BAHIA

Sindvigilantes Bahia em Ação no Metrô de Salvador!



Após dois dias de intensa fiscalização sindical na CCR Metrô Bahia, identificamos irregularidades graves na contratação de trabalhadores(as) pela empresa de segurança terceirizada.

A empresa, de pouca credibilidade, está utilizando contratos intermitentes, mas os trabalhadores estão sendo submetidos a uma jornada de 12x35, o que configura ilegalidade.

O Sindvigilantes Bahia, presidido por Paulo Brito, já está tomando as medidas cabíveis:

Notificação à CCR Metrô Bahia e à empresa terceirizada.

Denúncia junto aos órgãos competentes caso não sejam feitas as correções.

Possibilidade de ação judicial para garantir os direitos dos trabalhadores(as).

“Nossa luta é pela dignidade e respeito à nossa categoria. Não permitiremos que práticas irregulares coloquem em risco os direitos conquistados pelos vigilantes!” – Paulo Brito, presidente do Sindvigilantes Bahia.

Atenção, vigilantes! Unidos, somos mais fortes para combater a exploração e garantir condições justas para todos!

FONTE: Sindvigilantes Bahia

Luiz Marinho: “O país prefere a CLT”

Ministro do Trabalho diz que as críticas ao pacote fiscal são uma reação brutal contra o povo assalariado e relativiza a onda empreendedora



Ministro do Trabalho Luiz Marinho (Claudio Reis/.)

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu o pacote fiscal apresentado pelo governo e criticou setores da sociedade pela “gritaria” contra a proposta de isentar do Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Em entrevista à revista Veja, Marinho também se posicionou a favor do fim da escala de trabalho 6x1 e defendeu a importância das negociações coletivas para elevar os pisos salariais praticados no país. **Leia a entrevista na íntegra:**

Qual sua avaliação sobre o pacote fiscal?

R: A construção das medidas foi para criar condições de sustentabilidade, credibilidade e previsibilidade. O que não se compreende é a reação do chamado mercado e de grande parte da imprensa. É uma reação brutal contra o povo assalariado, contra o trabalho, contra a população mais empobrecida.

Mas não são válidas as críticas de que o governo deveria fazer muito mais em nome do equilíbrio fiscal?

R: As medidas anunciadas buscam criar equilíbrio, buscam criar um grau de justiça social.

Enquanto um salário mínimo é questionado, será que esses críticos sobreviveriam com um salário mínimo?

R: Temos que dar continuidade ao processo de distribuição de renda no país.

Concorda que a esquerda continua tentando falar para um trabalhador que não existe mais?

R: Se alguém falar que entende perfeitamente o que está acontecendo no mercado de trabalho, manda internar. Ou, então, manda me trazer a fórmula. Está todo mundo perdido com o impacto da inteligência artificial. O fato concreto é que estamos com o menor índice de desemprego do país nos últimos tempos. O objetivo do governo é gerar ocupação e emprego. Muito se diz que as pessoas não querem mais a CLT, não querem mais emprego formal. Se o mercado de trabalho oferecer uma boa remuneração em relação ao que o cidadão vai ter como MEI (microempreendedor individual), ele vai preferir a relação formal. É só uma questão de aumentar o salário? R: Muita gente pode migrar para o emprego formal. Muitos no governo compraram essa ideia de

que as pessoas não querem mais um chefe. O que as pessoas não querem é um chefe no cangote em troca de uma baixa remuneração.

Qual sua opinião sobre o atual debate a respeito do fim da jornada de trabalho de seis dias por semana?

R: Vejo com muito bons olhos. Redução de jornada tem que fazer sem redução de salário. Nós precisamos preservar o poder aquisitivo das pessoas. Isso faz a atividade econômica se movimentar mais ainda.

E quanto ao impacto econômico da medida?

R: Claro que vai ter impacto de custo. Não tem como reduzir sem ter impacto de custo. Tem que ser um processo de reorganização. A jornada de seis dias é uma das mais cruéis que existem. Eu acabei com isso no sindicalismo dos metalúrgicos do ABC há trinta anos, negociando a mobilização. E obtivemos a redução de jornada sem redução de salário.

Como seria essa reorganização?

R: Fixar horário de trabalho está ligado ao processo de negociação. A lei pode proibir o regime 6 por 1, mas fixar horário tem que ser matéria de conversa porque tem atividade econômica que precisa funcionar os 365 dias do ano, 24 horas por dia. Eu fiz muita negociação onde você tinha que formar as grades de horários para manter a atividade econômica, mas sempre preservando o trabalhador.

O ministério vai atuar para a PEC da jornada 6 por 1 ir adiante?

R: Sim. A deputada Erika Hilton pediu para montar um grupo de estudo no Ministério do Trabalho. E a gente preza por organizar todos os grupos de trabalho tripartite: empresários, trabalhadores e governo à mesa, junto com os parlamentares, para fazermos esse estudo. Estamos inteiramente à disposição.

Por que a proposta de regulamentação dos trabalhadores por aplicativo não foi adiante?

R: Fomos mal compreendidos. A turma do “zap”, que quer botar lenha na fogueira, construiu com uma eficiência impressionante uma visão distorcida da ideia que está em pauta.

Falaram que o projeto tirava a liberdade do trabalhador. Não é verdade. Essa liberdade de trabalhar para uma, duas ou mais plataformas está garantida no texto. Toda liberdade pessoal, toda proteção, toda transparência, tudo isso está inserido lá no projeto de lei.

O debate será retomado?

R: Vou voltar a falar com eles agora. Seria um bom patamar de proteção para a categoria, inclusive para ela se auto-organizar e fazer novas conquistas.

Diante de todas as mudanças que vêm ocorrendo no mercado, os sindicatos ainda conseguem representar a massa de trabalhadores?

R: Os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro enfraqueceram os sindicatos. Esperamos que essas organizações tenham a capacidade de aproveitar o momento de pleno emprego e se reapresentar para a classe trabalhadora.

Qual seria o papel hoje dessas organizações?

R: Elas precisam voltar a representar os trabalhadores nas convenções coletivas, no debate sobre o piso salarial. Os pisos salariais precisam estar acima do salário mínimo para acelerar o processo de distribuição de renda e produzir mais crescimento. Mais crescimento do PIB, mais crescimento da economia e mais geração de emprego.

Para muitos analistas e até mesmo alguns políticos de esquerda, esse tipo de visão foi uma das razões que provocaram as derrotas nas eleições municipais. O que o senhor acha dessa avaliação?

R: Eleições para prefeito e eleições presidenciais são completamente diferentes. Nós não crescemos o que gostaríamos de ter crescido. Então, é uma derrota do PT. Agora, crescemos em relação à última eleição municipal, tanto em número de vereadores quanto de prefeituras, mas isso não garante 2026.

Qual o significado das derrotas em lugares simbólicos para o PT, como no ABC Paulista, berço político do partido?

R: A sociedade está um tanto quanto

esquizofrênica. Parece que a gente não reconhece onde é que estamos. Criaram-se na mente de muita gente valores que nem sequer nós defendemos. Vamos descobrir como desmistificar as mentiras, fomentadas especialmente pelas redes sociais.

Como analisa o crescimento da direita no país?

R: O União Brasil e o MDB sempre foram campeões de gestão de cidades e nunca conseguiram ganhar eleição presidencial. É um desafio que passa pelo processo de educação. A extrema direita está criando valores mentirosos e que tumultuam todo o debate da boa educação, de formar pessoas com mentes livres e críticas. E não é só no Brasil.

Para 2026, há alguma alternativa fora a tentativa de reeleição de Lula? A idade dele e os problemas recentes de saúde não prejudicam esse plano??

R: Não muda absolutamente nada. Lula é candidatíssimo à reeleição.

Os partidos que participam do governo devem apoiar esse projeto?

R: É pressuposto. Esses dias, um deputado do União Brasil falava que o partido dele tem que ter candidato a presidente. Eu acho que ele tem razão. Mas, se tem que ter candidato, não pode estar no governo. Vai cuidar da campanha e abre espaço para quem vai sustentar o governo.

Recentemente, o meu amigo (Gilberto) Kassab, presidente do PSD, falou que o Lula está mal. Será que está mal ou é uma forma de fazer média com o seu chefe atual? Porque o (presidente do Senado, Rodrigo) Pacheco, o ministro da Agricultura (Carlos Fávaro), o (ministro da Pesca e da Aquicultura) André de Paula, que são do PSD, estão fazendo altos elogios ao funcionamento do governo e à liderança do presidente.

Quais são os partidos que serão leais ao processo de construção do palanque para a reeleição e quais partidos vão querer navegar em outros barcos? É um debate que o presidente Lula terá que fazer. Na hipótese de

uma reforma ministerial, tirar partidos da base do governo não é perigoso para a correlação de forças no Congresso?

R: Preservar a aliança é uma coisa, ter inimigos dentro de casa é outra. Se tiver um remando contra, o barco vai ficar rodando.

No ano que vem tem nova direção da Casa, tem todo um debate a ser construído. O senhor teme perder o cargo por causa dessa possível reforma?

R: Não. Até porque eu não nasci ministro. Não sei o que o presidente está pensando. Evidentemente, eu acho que tem coisas aí a serem discutidas e ajustadas. Tem diálogos com partidos que compõem a base. Nós precisamos agora, daqui para 2026, organizar qual é o palanque de 2026.

O PT vai mudar a direção no próximo ano e integrantes da cúpula já vêm trocando farpas públicas. O partido está rachado?

R: Todas as renovações de direção do PT têm mais de um pretendente, é natural. O PT é bastante diferente dos demais partidos existentes no país. Sempre é cercado de muitos debates da militância e, dessa forma, esse debate acaba consolidando uma construção coletiva. O ruim é se ninguém quisesse assumir essa tarefa tão estratégica. Qualquer ministério não tem a mesma importância estratégica de ser presidente do PT.

Qual o perfil ideal para ocupar esse cargo?

R: Para ser presidente do Partido dos Trabalhadores é preciso olhar o todo, compreender, mostrar capacidade de liderança, ter uma relação com o presidente Lula que seja de confiança e de lealdade, e com a sua autonomia partidária. Nenhum dirigente pode ficar mais de dois mandatos na mesma função. É um processo de oxigenar o partido e renovar as direções para o futuro. O debate no PT está até frio ainda, vai esquentar.

Publicado em VEJA de 13 de dezembro de 2024, edição nº 2923 - Por Ramiro Brites

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

TJRS determina soltura de réus que mataram homem negro em supermercado em Porto Alegre

João Alberto Silveira Freitas foi morto no dia 19 de novembro de 2020, enquanto realizava compras em uma unidade do Carrefour



João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi espancado e morto por dois homens brancos em Porto Alegre. (Foto: Reprodução/Redes sociais)

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) decidiu, na última segunda-feira (16), pela soltura dos réus envolvidos no caso do homicídio qualificado de João Alberto Silveira Freitas, morto em novembro de 2020 em uma unidade do Carrefour, em Porto Alegre, informa a CNN Brasil.

A decisão foi tomada pela 2ª Câmara Criminal do TJRS, que considerou que a prisão preventiva de um dos acusados durou tempo excessivo, influenciando a situação dos demais envolvidos no caso. Agora, todos devem cumprir medidas cautelares até o julgamento final do processo.

Os réus deverão comparecer a todos os atos processuais sempre que forem intimados, manter seus endereços atualizados e não se ausentar da comarca de domicílio por mais de 15 dias sem autorização judicial. O caso segue com recurso interposto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), questionando o afastamento da qualificadora do motivo torpe da Sentença de Pronúncia.

João Alberto Silveira Freitas foi morto no dia 19 de novembro de 2020, enquanto realizava compras no Carrefour, localizado no bairro Passo D'Areia, em Porto Alegre. De acordo com as investigações, a equipe de segurança do supermercado passou a monitorá-lo de forma ostensiva após um desentendimento. Em seguida, ele foi seguido e espancado no estacionamento da unidade por funcionários da segurança. O laudo pericial revelou que a causa da morte foi compressão torácica, resultando em asfixia por sufocação indireta.

A decisão que garantiu a soltura dos acusados foi fundamentada pela relatora do habeas corpus, desembargadora Rosaura Marques Borba. Em seu parecer, a magistrada afirmou que a manutenção da prisão preventiva resultaria em um “indesejado cumprimento antecipado da pena”, considerando o longo período de prisão sem justificativa adequada.

“Embora a complexidade do feito seja inquestionável, não há justificativa razoável para a manutenção da prisão, por prazo manifestamente desproporcional”, destacou Rosaura Marques Borba em nota. A desembargadora ainda afirmou que não havia risco de prejuízo à ordem pública ou à instrução criminal que justificasse a continuidade da segregação, já que as provas foram encerradas e a acusação já se encontra na fase de pronúncia.

Além disso, segundo a relatora, os acusados não possuem outros processos criminais em andamento, o que torna ainda mais desproporcional a continuidade da prisão. A decisão representa um passo importante para o caso, que ainda aguarda os desdobramentos legais no STJ e o julgamento em plenário pelo Júri.

Fonte: 247 - Otávio Rosso

CUT e centrais do Mercosul debatem estratégia em defesa de trabalhadores

Cumbre Sindical, evento que reúne centrais sindicais do Mercosul, foi realizada nos dias 10 e 11/12 no Uruguai com a missão de debater a atuação de representação dos trabalhadores dos países do bloco

ALEXANDRE BENTO



A CUT participou, em Montevidéu, no Uruguai, nos dias 10 e 11 de dezembro, de um importante encontro que reuniu centrais sindicais de países que fazem parte do Mercosul. A Cumbre Sindical foi um evento que teve por objetivo debater e traçar estratégias acerca das pautas e demandas dos trabalhadores, que são semelhantes nesses países. Além da CUT, participaram também do encontro centrais sindicais do Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai além de centrais convidadas de outros países como a CUT-Chile.

A Cumbre Sindical teve o apoio da Fundação Friedrich Ebert.

“A Cumbre Sindical reúne centrais sindicais que integram o Mercosul, ou seja, as entidades da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O encontro fez um balanço da situação regional do Mercosul e seus países, no que diz respeito a políticas econômicas, a situação dos trabalhadores. E também debateu a estratégia de atuação da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul [CCSCS] para os próximos anos na representação dos trabalhadores”, explicou o secretário-adjunto de Relações Internacionais da CUT, Quintino Severo, também Secretário-Geral da CCSCS.



Ao centro, o Secretário-Geral da CSA, Rafael Freire e Quintino Severo

Além de Quintino Severo, participou também do encontro o Secretário-Geral da CUT, Renato Zulato.

Retomada do encontro de forma presencial

Destaque entre os pontos debatidos, a CUT apresentou um documento de contribuição aos debates, que apresenta um balanço da situação política e econômica da região, trazendo a importância que o Brasil tem no Mercosul.

“Destacamos nesse texto que vivemos tempos difíceis por termos tido governos reacionários, de direita. Mas agora ampliou-se a possibilidade de uma retomada mais equilibrada com o Brasil retomando a presença no Mercosul. Também com a vitória Frente Ampla no Uruguai se tem uma expectativa de que o bloco seja mais voltado ao desenvolvimento com participação dos trabalhadores”, diz Quintino.

Entre os pontos destacados no texto, estão

- Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos;
- Promoção de ações de promoção da igualdade de gênero e das diversidades ao longo do seu Plano de Ação;
- Destaque do Movimento Sindical no Mercosul;
- Fortalecer a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul e seu funcionamento regular, formando uma equipe de trabalho;
- Promover o tripartismo pleno nas organizações e instituições do Mercosul;
- Migrações, Livre Circulação de Trabalhadores no Mercosul e Integração Fronteiriça.

Resolução

Há anos a Cumbre Sindical não era realizada de forma presencial. Quintino Severo destaca que em 2024, que marca o retorno das atividades neste formato, o evento foi realizado sob boas

expectativas. Ao final do evento, um documento foi elaborado como resolução dos debates, definindo as diretrizes para os próximos anos. São eles:

1. Defesa da Democracia, dos direitos humanos e contra a sujeição dos povos à dívida externa. Engloba a realização do Encontro de 1º de maio na Tríplice Fronteira em Defesa da Democracia e dos direitos fundamentais do trabalho.

2. Papel do movimento sindical no MERCOSUL. Entre as ações estão:

3. A) Analisar o Acordo União Europeia–MERCOSUL, articulando-o com o GUFUS;

4. b) Reunião com o PARLASUL sobre o MERCOSUL – UE e sobre as violações da Declaração Sócio Trabalhista na legislação nacional

5. c) Reuniões com parlamentos nacionais para influenciar o Acordo UE-MERCOSUL

6. d) Solicitar reunião com o Fórum de Consulta e Coordenação Política do Mercosul (agenda dos países associados: livre circulação, seguridade social e trabalho decente)

7. e) Estabelecer responsabilidades para cada escritório central no SGT 10, na Comissão Sócio Trabalhista e no FCES e uma agenda de prioridades para o CCSCS nessas áreas.

8. f) Criar um grupo de trabalho para desenvolver um estudo comparativo das reformas trabalhistas nos países do Mercosul e uma proposta de salário mínimo no bloco

9. g) Grupo de Integração Produtiva para elaboração de proposta de bloco regional

10. Migrações, Livre Circulação de Trabalhadores no Mercosul e Integração Fronteiriça. Entre as ações estão a construção de um Grupo de Trabalho da CCSCS para desenvolver um projeto de cooperação sobre trabalhadores migrantes e deslocados e para obter impacto no Acordo sobre Integração de Localidades Fronteiriças Vinculadas e no Pacto Global sobre Migração.

Uma nova reunião da Coordenadora das Centrais Sindicais do Conesul está marcada para fevereiro do ano que vem.

Acordo Mercosul União Europeia

Ponto de destaque do documento final da Cumbre Sindical, o acordo Mercosul-União Europeia é tratado com ressalvas pelas centrais.

“Sobre o acordo entre a União Europeia e o Mercosul, a Coordenadoria dos Sindicatos do Cone Sul – CCSCS afirmou desde o início que este acordo nos seus termos atuais não beneficia as pessoas, nem o desenvolvimento sustentável com inclusão social; Favorece apenas os setores exportadores de matérias-primas, que são também os que mais violam a natureza e o meio ambiente, o trabalho e os direitos humanos, além de colocar em risco os empregos dos trabalhadores de todos os setores produtivos do Mercosul, com especial deterioração na indústria. , expressas por diversas câmaras empresariais do setor”, diz trecho do documento.

Fonte: CUT - André Accarini

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF